



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

**ESCLARECIMENTOS REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014**

**PERGUNTA 01:**

Item 24.1 – Prazo de Instalação.

Lê-se: “A CONTRATADA deverá realizar a instalação dos troncos E1 e disponibilizar a faixa de numeração DDR em um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do termo contratual”.

Entendemos que o prazo de 30 (trinta) dias para habilitação de todos os link's , é curto visto que os serviços licitados exigem certa complexidade. Pedimos que seja alterado o prazo de habilitação para um prazo mais razoável que seria de 60 (sessenta) dias.

Assim todas as operadoras poderão participar, não havendo isonomia no processo, ferindo o Art. 3º da Lei 8.666, abaixo transcrita:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”.

Nossa solicitação será acatada?

**RESPOSTA 01:**

Entendimento incorreto. No decorrer da fase de planejamento da contratação, foram ponderados pela área técnica os prazos médios informados pelas empresas participantes desse segmento de mercado. O prazo estabelecido é razoável para a fase de instalação.

A definição do prazo de entrega de em 30 (trinta) dias visa a seleção da proposta mais vantajosa para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e obedece tanto aos cronogramas internos do órgão quanto às especificações definidas pela área técnica.

Acatar a solicitação da empresa importaria na concessão de um benefício a uma das possíveis participantes do certame gerando um tratamento diferenciado, fato amplamente defeso pela legislação regente.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

**PERGUNTA 02:**

Termo de Referência – Item 6.2.2- ISDN

Lê-se: “Os Troncos Digitais (E1) serão fornecidos preferencialmente no padrão ISDN, ou padrão suportado pelo PABX IP da CONTRATANTE, conforme especificações descritas, sendo utilizados para a recepção de chamadas diretamente nos ramais”.

Entendemos que o cliente já possui todos os equipamentos e infra estrutura para receber o circuito em ISDN. Seria possível a entrega dos circuitos em R2 também?

Nossa solicitação será acatada?

**RESPOSTA 02:**

Entendimento correto. A redação do item estabelece o padrão ISDN preferencialmente. O padrão R2 será opcionalmente aceito.

**PERGUNTA 03:**

Anexo I – B – Item 3 e 4 – Planilha de Preços Longa Distância Nacional

Lê-se: “Longa distância Nacional Intra e Inter-regional não abrindo se são minutos fixo-fixo e fixo-móvel”.

O quantitativo de minutos estimados na planilha é para qual tipo de ligação? Se possuir ligações nas duas modalidades devem ser abertos, uma vez que as ligações de fixo-móvel possuem valores bem diferentes do fixo-fixo.

Podemos entender que todas as ligações serão de fixo-fixo?

**RESPOSTA 03:**

Entendimento correto. As ligações descritas nos itens 3 e 4 da Planilha de Formação de Preços, Anexo I – B do Edital de Pregão Eletrônico n.º 02/2013, podem ser interpretadas como ligações entre telefones fixos, ou seja, fixo-fixo, dada a baixa relevância das ligações fixo-móvel.

**LUIZ HUMBERTO GOMES DE OLIVEIRA**  
**Pregoeiro**